

**Expresso**

29-11-2014

Periodicidade: Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Sociedade**Dimensão:** 1384**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/24

Duarte Lima condenado a 10 anos

O ex-deputado foi condenado a 10 anos de prisão pelos crimes de burla qualificada e branqueamento de capitais no caso 'Homeland'. O tribunal deu como provado que Duarte Lima transferiu €3 milhões de origem ilícita para contas na Suíça. A batalha legal durou um ano e meio. P24

Duarte Lima tem sido presença frequente no Campus da Justiça, em Lisboa, por causa dos processos BPN/Homeland e também do homicídio de Rosalina Ribeiro

FOTO LUIS BARRA



Uma batalha de Duarte Lima que durou ano e meio

Arguido mais importante num caso de burla, branqueamento e abuso de confiança

HUGO FRANCO

Passaram 1106 dias desde que numa fria quinta-feira de novembro o juiz Carlos Alexandre entrou de rompante no apartamento de Duarte Lima. Sem perder tempo, o magistrado iniciou logo ali o interrogatório, enquanto o 11º na Avenida Visconde Valmor, em Lisboa, onde também funcionava o escritório do social-democrata, era vasculhado por uma equipa de inspetores da Polícia Judiciária e procuradores do Ministério Público (MP). À porta do prédio, uma multidão de jornalistas aguardou durante algumas horas para ver o ex-deputado do PSD sair no banco de trás de um carro da polícia em direção aos calabouços da Polícia Judiciária. Três anos depois, Lima voltou a ter os jornalistas à sua espera, desta vez à porta das varas criminais, no Campus da Justiça, em Lisboa.

O ex-deputado foi o arguido mais importante de um caso de burla, branqueamento de capitais e abuso de confiança no caso BPN/Homeland, um negócio imobiliário que envol-

veu a compra e venda de terrenos em Oeiras, no valor de 42 milhões de euros, em 2007. O filho Pedro Lima, o amigo e empresário Vítor Raposo, os advogados João e Pedro Almeida e o ex-cambista Francisco Canas estiveram envolvidos no mesmo negócio.

A iniciativa de comprar um terreno com 44 hectares em Leceia, zona rural de Oeiras, nas imediações onde estava prevista a construção da sede do Instituto Português de Oncologia (IPO), partiu de Duarte Lima e de Vítor Raposo. Em 2007, os dois sócios apresentaram a ideia a José Oliveira Costa e aos administradores do BPN. Investindo 40 milhões de euros nos terrenos, esperavam recuperar o investimento e lucrar 118 milhões. Para o negócio avançar, foi constituído um fundo imobiliário, o Homeland, detido na maioria por Pedro Lima e Vítor Raposo e também pelo BPN Fundo de Pensões.

Mas tudo correu mal: desde a crise imobiliária à desistência do IPO em ir para Oeiras, até à ruína do BPN. Lima e Raposo foram acusados de terem inflacionado "ficticiamente" o

preço dos terrenos em Oeiras, burlando o BPN em 42 milhões de euros. O MP sustentou que Duarte Lima, o filho Pedro e Vítor Raposo ter-se-iam apropriado de 5,2 milhões de euros do fundo.

Quase dois anos em casa com pulseira eletrónica

O ex-deputado esteve detido nos calabouços da PJ desde essa quinta-feira de novembro de 2011 até maio do ano seguinte, altura em que a medida de coação foi atenuada para prisão domiciliária com pulseira eletrónica, por continuar a existir perigo de fuga. Durante quase dois anos, o ex-parlamentar ficou proibido de sair do apartamento. Mas a partir de abril deste ano passou a poder entrar e sair do 11º andar sem restrições: o perigo de fuga tinha diminuído. Ainda assim, ficou impedido de viajar para o estrangeiro.

Em maio do ano passado, a poucos dias do início do julgamento do caso, Duarte Lima, até aí em silêncio, falou ao Expresso. Numa resposta enviada por e-mail, declarou que havia

"falta de fundamento da acusação de burla ao BPN" deduzida por Rosário Teixeira. E acrescentava: "É perante o Tribunal que se vai exercer o contraditório pela primeira vez."

A batalha entre a defesa e a acusação foi dura e demorou um ano e meio. Em julho deste ano, João Niza, o procurador do MP no caso, pediu uma pena efetiva superior a cinco anos de prisão para o ex-deputado, sustentando que Lima e Vítor Raposo tinham enganado o ex-presidente do BPN Oliveira Costa, causando "prejuízo patrimonial" ao banco. E defendeu que ambos tinham enriquecido ilícitamente, "sem gastar um cêntimo", por causa do negócio imobiliário. Apontou a "conduta enganatória" de Duarte Lima, o "falso preço do metro quadrado" dos terrenos e o crédito de 42 milhões de euros num negócio em que apenas precisavam de 30.

Poucos dias depois, Duarte Lima criticou o procurador no tribunal, afirmando que José Niza "não foi capaz de se libertar do preconceito" contra o arguido. Disse ainda estar a ser

acusado de "crimes vergonhosos" que afetavam a sua "honestidade" e "honra", negando a autoria dos crimes que lhe foram imputados.

Há dois meses, a juíza Filipa Valentim fez 40 alterações "não substanciais" aos factos da acusação, atenuando os crimes previstos inicialmente a todos os arguidos, que vieram dar uma nova esperança à defesa: no início do julgamento, o ex-deputado era suspeito de ter convencido Vítor Raposo a comprar as suas ações do BPN porque iriam subir de preço. A magistrada passou depois a considerar que Lima tinha apenas emitido uma opinião genérica sobre o mercado da compra e venda de títulos. Quem mais beneficiou com estas mudanças foi o seu filho Pedro Lima, inicialmente considerado pela acusação como testa de ferro do pai em todo o negócio. Duarte Lima ainda tentou convencer o tribunal a ouvir mais quatro testemunhas, mas a juíza não aceitou o pedido. Como represália, o ex-deputado decidiu ficar em silêncio na última sessão.

hfranco@expresso.impresa.pt

Há quatro anos que é suspeito de homicídio no Brasil

O caso BPN/Homeland não tem sido o único problema de Duarte Lima durante os últimos anos. A 1 de novembro de 2011 o ex-deputado foi acusado pela Justiça brasileira do homicídio da sua cliente Rosalina Ribeiro, ex-companheira do milionário Lúcio Tomé Feteira. O móbil do crime? Recusar-se a devolver cinco milhões de euros depositados na sua conta bancária por Rosalina Ribeiro. O juiz brasileiro Ricardo Pinheiro Machado decretou a prisão preventiva, medida que nunca foi aplicada pelo facto de Lima se encontrar em Portugal.

Rosalina Ribeiro foi morta a tiro na noite de 7 de dezembro de 2009, em Maricá, nos arredores do Rio de Janeiro. A investigação da polícia carioca depressa colocou o ex-deputado no centro das suspeitas, não dando crédito ao seu álibi nem às declarações sobre a noite do crime.

Em maio e junho deste ano, foi ouvido em Lisboa pela juíza Cláudia Pina, no âmbito do processo do homicídio, a pedido das autoridades brasileiras. O último interrogatório, no Tribunal de Instrução Criminal, teve bastantes momentos de tensão. O réu justificou-se sobre o facto de ter recebido cinco milhões de euros de honorários ainda antes de ter feito qualquer tipo de diligência processual em relação à sua cliente, o que não parece ter convencido Cláudia Pina: "Ao contrário de si, os outros advogados do caso não foram pagos à cabeça", disse.

No Brasil o processo continua em fase de instrução para o juiz decidir se há julgamento. Se isso acontecer, Lima será julgado à revelia; e, caso venha a ser condenado, nunca será preso. Basta não pisar solo brasileiro. No verão, o magistrado brasileiro indeferiu dois requerimentos de Duarte Lima, por considerar que se tratava de manobras dilatórias, que servem apenas para atrasar ainda mais o caso.